

Arqueologias de Império

**Delfim Leão, José Augusto Ramos,
Nuno Simões Rodrigues (coords.)**

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

OS IMPÉRIOS DA HISTÓRIA DO ANTIGO EGITO: EM TORNO DO CONCEITO DE «IMPÉRIO»¹

(Empires in the History of Ancient Egypt: on conceptual validity of «Império»)

JOSÉ DAS CANDEIAS SALES

(Jose.Sales@uab.pt; ORCID: 0000-0003-1087-1478)

Universidade Aberta; Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de História

RESUMO - No seio da Egiptologia científica portuguesa convencionou-se uma divisão da história da civilização faraónica em três períodos principais designados por «Império», isto é, três épocas de grande estabilidade política e apogeu civilizacional: o Império Antigo, o Império Médio e o Império Novo. Será, todavia, adequada a aplicação do conceito de «império» para estas épocas da história egípcia? No contexto lusófono, este conceito é o que melhor exprime, representa e discrimina o sentido do que se pretende qualificar? É este o termo que se adequa com maior clareza e propriedade ao que pretendemos significar? É essencialmente em torno da procura de resposta a estas questões que se desenvolve o presente texto. A nossa reflexão organiza-se em torno das características essenciais e definidoras da classificação e do conceito de «império» e da «validade» da sua aplicação ao caso da antiga história egípcia.

PALAVRAS-CHAVE: Divisão cronológica; império; reino; território; Estado; administração.

ABSTRACT - In the scope of the Portuguese scientific Egyptology, it has been conventionally accepted the division of the history of the pharaonic civilization in three main periods designated as «Empires», i.e., three eras of great political stability and civilizational apex: the Império Antigo, the Império Médio and the Império Novo. We could, nevertheless, ask ourselves if the application of the concept «Empire» is adequate for these periods of the Egyptian history. Is this the concept that, within the lusophone context, best expresses and discriminates the sense of what we intend to qualify? Is this the term that conveys the most clarity and accuracy to the idea we pretend to express? The present essay revolves essentially around the search for an answer to these questions. Our reflection is organized around the essential characteristics of the concept of «Empire» and the «validity» of its use in the case of the ancient Egyptian history.

KEYWORDS: Chronological division; empire; kingdom; territory; State; administration.

Tendo principalmente como referente a atuação da instituição real, convencionou-se no seio da Egiptologia científica portuguesa uma divisão instrumental

¹ Este trabalho foi apoiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/04311/2013.

da história da civilização faraônica, com um ou outro ajuste de pormenor, em três períodos principais designados por «Impérios», isto é, três épocas de grande estabilidade política, esplendor cultural e apogeu civilizacional (o Império Antigo, o Império Médio e o Império Novo), correspondentes aos momentos prestigiosos, ideais, da história, intercalados por três outros períodos obscuros, de decadência e esfacelamento das instituições políticas, sociais, económicas e culturais, os «Períodos Intermediários» (o Primeiro, o Segundo e o Terceiro), como que excluídos do plano ideal da sucessão histórica. Precedendo o Império Antigo, reconhece-se um «Período Arcaico», também chamado «Época Tinita». Ao Terceiro Período Intermediário segue-se a «Época Baixa» e, por fim, a «Época Greco-Romana», completando, assim, um quadro cronológico de mais de 3000 anos (c. 3100 a.C. a 395 d.C.).

Tendo em mente estas «alternâncias» ou «flutuações» do poder político egípcio antigo, independentemente das fontes disponíveis para o nosso conhecimento do passado egípcio e da operacionalidade da organização dinástica transmitida por Maneton e usada pelos egiptólogos modernos, será, todavia, adequada a aplicação empírica do conceito de «império» às épocas consideradas gloriosas e memoráveis da história egípcia? No contexto lusófono, este conceito é realmente o que melhor exprime, representa e discrimina o sentido do que se pretende qualificar? É este o termo que se adequa com maior clareza e propriedade ao que pretendemos significar? É essencialmente em torno da procura de respostas a estas questões que nos propomos desenvolver o presente texto. Noutras palavras, a nossa reflexão organiza-se em torno dos caracteres essenciais, definidores, da classificação e do conceito de «império» e da «validade» da sua aplicação ao caso das divisões cronológicas egípcias.

1. O CONCEITO DE «IMPÉRIO» - COMPONENTES ANALÍTICAS

Antes de se avançar com qualquer tentativa de definição conceptual, é necessário tomar consciência de duas dificuldades consideráveis inerentes a essa tentativa e que a podem frustrar: a primeira, que nem sempre o uso da designação «império» recobre e define, com o mesmo sentido e significado, determinadas configurações político-culturais do passado, o que significa que é, no fundo, impossível estabelecer um conceito universalmente válido, aplicado a todos os casos históricos, de todas as épocas e lugares; há sempre, portanto, um desfazamento entre a teorização e a análise particular. A segunda, derivada da primeira, que há uma importante ambiguidade e flutuação terminológica quando se usa o termo «império», que, não raro, desenvolve ideias preconcebidas e cerceia a própria análise e reflexão comparativa ou específica. No contexto lusófono, por exemplo, este aspeto é significativo porque historicamente o pequeno «reino» de Portugal esteve na base de um extenso e duradouro «império português», com toda a deformação conceptual e interpretativa que tal situação pode provocar na

análise e percepção do fenómeno quando aplicado a outras cronologias e geografias. Não sendo o conceito neutro, como não são outros (exs.: «cidade-estado», «monarquia», «ditadura», «tirania», «democracia pluralista», etc.), os distintos elementos que para ele concorrem e que nele se conjugam de forma mais ou menos singular dificultam a sua utilidade e até a sua definição.

Muitas vezes, o uso do termo e conceito resulta de «associações históricas», estabelecidas por analogia ou por oposição, explícita ou implícita, seja com o modelo clássico e estruturante de Roma («Estado governado por um imperador») seja com outros «impérios» de outras localizações espaciais e temporais². A aparente unicidade do vocábulo pode, pois, e frequentemente fá-lo, dissimular a diversidade de sistemas políticos que recobre.

Isto é particularmente relevante no que se refere à aplicação ao Egito antigo, pois os eruditos prussianos do século XIX que o fizeram, refletindo sobre os fundamentos do poder político e da história, exprimiam, de uma maneira mais ou menos assumida, a nostalgia do *I Reich: Altes Reich, Mittleres Reich e Neues Reich*³. Na segunda metade do século XIX, a crítica aos trabalhos alemães, nomeadamente de autores franceses, manteve e fixou, porém, a terminologia com os termos *Ancien Empire, Moyenne Empire e Nouvel Empire*, usados e reproduzidos, por exemplo, pela historiografia portuguesa. Saliente-se, contudo, que nunca os antigos Egípcios – que organizaram e teorizaram sobre o seu próprio lugar no universo – usaram um termo que significasse «Império» ou «imperialismo», embora esse aspeto derive, em parte, do facto de eles muitas vezes não necessitarem de denominar certas abstrações de territorialidade⁴.

Assim, conscientes de que embora não seja possível estabelecer um conceito de «império» clara e universalmente válido para abranger todos os exemplos históricos conhecidos, é possível, porém, determinar os caracteres operatórios do conceito — a sua «direção geral», digamos assim — que nos podem guiar também na avaliação da sua adequabilidade aos casos do Egito antigo.

O campo conceptual de «império» afirma-se em parte por oposição ao de «reino» e é por isso mais ou menos consensual, desde o século XVIII, que a

² A estrutura desenvolvida pelo Império Romano instituiu-se como um «modelo cognitivo», servindo de referência para a análise de muitas das construções ideológicas imperiais através da História.

³ Cf. Duverger 1980, 6; Vernus 2011, 16.

⁴ Cf. Kemp 1978, 7; Vernus 2011, 20-38; Galán 1995, 4. Talvez o termo mais próximo da ideia de «imperialismo» seja *susly ʿšw*, isto é, «ampliar as fronteiras», um dos imperativos da função faraónica, no sentido em que expressa o conceito de autoridade ou de influência do faraó sobre os povos vizinhos (Cf. Ibid. 4, 101-3; Vernus 2011, 26). De igual modo, a expressão in *ḫw*, «adquirir fronteiras; tomar as fronteiras dos inimigos», tanto no sentido geo-político como económico pode também apresentar o mesmo recorte conceptual (Cf. Galán 1995, 102, 103, 128-32). No entanto, a ausência de termo concreto, específico, particular, para denominar «império» ou «imperialismo» significa que os antigos Egípcios não sentiam necessidade de se referir a estes fenómenos ou processos de forma independente, abstrata ou individualizada (Cf. Kemp 1978, 7).

definição se pode efetuar como «um Estado vasto, governado por um só titular e composto por vários povos»⁵. Esta definição encerra em si mesma três componentes que, em termos analíticos, podemos dividir em:

1. O império é politicamente associado à monarquia: trata-se de um sistema político onde o poder supremo é assumido por um só titular (rei e imperador), designado hereditariamente e apresentando um carácter sagrado ou sacralizado.

Não obstante esta «unidade» teórica de base, é possível constatar na Antiguidade várias modalidades históricas em que o titular pode ser encarado como i) deus incarnado; ii) simples mandatário da(s) divindade(s) ou iii) servidor da(s) divindade(s).

Tomando exclusivamente em linha de conta esta decomposição / componente da definição, é difícil distinguir «reino» e «império» ou distinguem-se mal um do outro, uma vez que quer o rei quer o imperador podem assumir e desempenhar, e muitas vezes o fizeram, cónscios da sua importância, a função sacerdotal.

2. O império tem como critério fundamental a extensão territorial. Quer dizer, não podendo a distinção entre «império» e «reino» ser efetuado a partir das relações existentes entre o soberano e a(s) divindade(s), é a natureza do espaço sobre o qual se exerce a soberania que possibilita o estabelecimento de uma fronteira de delimitação conceptual.

No entanto, o critério é vago; é impossível ser-se completamente exato e preciso no que à territorialidade diz respeito: um «império» é um grande reino e um «reino» é um império mais exíguo, mas qual é o limite exato para efetuar a distinção? A partir de que superfície um território deve ser considerado suficientemente extenso para tornar pertinente o uso do termo «império»? Dito de outra forma, embora seja um critério fundamental, o critério da vastidão espaço-territorial do poder não é suficiente para definir «império».

3. O império implica a existência de uma pluralidade de povos, tendo presente que a unidade populacional e linguística caracteriza, em regra, o «reino». Este elemento deriva e relaciona-se com a vastidão territorial dos impérios acima enunciado. A distância física real do espaço territorial pressupõe a inevitável diversidade cultural, a necessária deslocação de homens e mercadorias (através de estradas, canais navegáveis, vias de comunicação abundantes e diversificadas, pistas no deserto e na montanha, etc.), a criativa difusão de ideias e a obrigatória superação dos obstáculos físico-naturais (rios, montanhas, desertos, cataratas, oceanos...) que, por sua vez, exigem uma racional organização do espaço, com uma delimitação de fronteiras e uma demarcação de limites, mais ou menos

⁵ Duverger 1980, 8. Esta definição esboça-se em oposição à de «reino», em norma concebido como um espaço territorial menos extenso e assente numa unidade da nação sobre a qual se forma (Cf. Ibid. 8).

fixos, às mãos de um Estado centralizado e autoritário, a uma escala macro, «mundial», em contraste com a que subjaz à lógica mais micro, mais regional, mais local, de um «reino».

Por natureza, os impérios são plurinacionais, reunindo várias etnias, comunidades e culturas, com diferentes graus de integração ou coexistência, podendo a sua «unidade» assumir várias modalidades: a) sobreposição do poder imperial a outras autoridades anteriores (locais, reais, imperiais...), com completa ruptura com os quadros locais e sua substituição pelos representantes-delegados do poder central (vice-reis, governadores, sátrapas, legados, prefeitos, etc.); b) união pessoal de várias diversidades na figura do mesmo soberano que, pelos seus símbolos e ação, «unifica» os hábitos e costumes, crenças e cultos, tradições e particularidades.

Teoricamente, a manutenção de um império, com todas as suas contradições e conflitos internos, exige que a unidade alcançada, não importa o método usado, confira algumas vantagens ou privilégios aos povos-comunidades-culturas nele englobados. Este é talvez o desiderato mais difícil de alcançar e de manter: o desequilíbrio do sistema ocorre quando as comunidades-culturas não têm consciência dos seus ganhos (materiais e/ ou simbólicos) com a pertença e permanência no todo imperial e, por isso, preferem, através de revoltas, rebeliões ou revoluções, de feição bélica, frequentemente sangrenta, furtar-se ao controlo central na procura de satisfazer as suas pulsões de autonomia e autodeterminação. Hegemonia imperial e espírito nacionalista são incompatíveis.

Daí que a organização imperial obrigue quase sempre a uma pressão e coerção administrativo-burocrática e militar forte⁶, hierarquizada e bem oleada, para garantir a perceção regular dos tributos e impostos, o controlo das eventuais tendências separatistas ou de desordem pública, a função ordenada dos domínios jurídico e judiciário, numa palavra, o regular funcionamento das instituições e do sistema imperial. Como escreve G. Woolf:

«Empires are political systems based on the actual or threatened use of force to extract surpluses from their subjects... Preindustrial empires could not support large governmental institutions and so secured their power by promoting a community of interest among élites within the empire, and a sense of imperial membership based on participation in ruler worship and adherence to imperial cultural and symbolic systems. Economically, however, empires were first and foremost tributary structures, and much of the limited energy at their disposal was devoted to ensuring adequate supplies of cash, labour and agricultural produce from the areas under their control»⁷.

⁶ Necessários para estabelecer os impérios, os exércitos são-no também para os conservar (Cf. Ibid. 20).

⁷ Woolf 1992, 28.

Dito de outra forma, na linguagem de Maurice Duverger:

«Le concept d'empire implique à la fois une stabilité qui dépasse le cadre d'une occupation et le remplacement des liens personnels par un système de bureaucratie non héréditaire, nommée et révoquée par le souverain»⁸.

2. O CASO HISTÓRICO DO ANTIGO EGITO: A SACRALIDADE DO FARAÓ – TÍTULOS E EPÍTETOS

Quando procuramos aplicar este esquema tripartido ao caso histórico do antigo Egito deparamo-nos com algumas interessantes constatações. Desde logo, a inequívoca conclusão que a tipologia de poder nos coloca perante uma personagem humana que centraliza em si todas as vertentes do poder. O *per aa*, literalmente «A Grande Casa», ou seja, originariamente, a designação do palácio real (estrutura física), daquele que o habitava (entidade física concreta) e do Estado que dirige (entidade abstrata), é, desde o início da história civilizacional egípcia, o exemplo clássico de um deus incarnado como rei.

Esta ideia de um deus tangível correspondia à necessidade de uma imagem muito concreta, real, física, que estabelecesse e assumisse o papel de intermediário e interlocutor entre os deuses e os homens. O faraó é, com efeito, simultaneamente, um deus e um rei humano, estando as dimensões divina e humana inextricavelmente misturadas na sua personalidade. Como cabeça do Estado competia-lhe zelar pela ordem e justiça. Como «senhor do cumprimento dos ritos» era o garante e promotor da liturgia, da piedade e da religiosidade. Tudo na esfera política, social e económica tinha na realeza (*nesit*) / no Faraó (*nesut*) o seu guardião privilegiado.

Na feliz expressão de Erik Hornung, o faraó era «um homem desempenhando o papel de um deus»⁹ ou como diz Pascal Vernus ««la divinité peut se révéler à travers lui»¹⁰. Dito de outra forma, o rei era um ser humano, sendo que o que era divino e lhe transmitia a sacralidade era o ofício da realeza. A realeza é que era divina, sendo o faraó uma imagem do divino, capaz de se tornar pela sua correta atuação na sua manifestação. A manutenção das relações harmoniosas entre a esfera da sociedade humana e a dos poderes sobrenaturais e divinos, a tarefa de provisão dos principais meios de subsistência e seu normal funcionamento eram conferidas ao faraó, dependiam dele, como homem e como deidade incarnada¹¹. O faraó era o elemento imprescindível da identidade egípcia: «le roi représente le médium idéologique grâce auquel la

⁸ Duverger 1980, 13.

⁹ Hornung 1992, 357.

¹⁰ Vernus 1986, 30.

¹¹ Cf. Sales 2001, 365.

civilisation égyptienne a maintenu, contre tous les aléas, son identité pendant plus de trois millénaires.»¹²

O direito e a legitimidade do monarca estavam, teoricamente, fundados na sua natureza divina, transmitida pelo sangue. Segundo a doutrina egípcia, a monarquia fora criada e exercida inicialmente, no começo dos tempos, pelos deuses que reinavam na terra, sendo depois confiada aos homens¹³. A hereditariedade da instituição real fundava-se no mito da escolha pelo deus solar: cada sucessor do faraó reinante era «escolhido» pelo demiurgo que nele perscrutara e vira, «desde o ovo», as suas qualidades. Em regra, esta «escolha» obedecia ao princípio da primogenitura masculina¹⁴.

As listas reais começavam com os deuses Ré, Chu, Geb e Osíris que nos Primeiros Tempos haviam reinado na terra, antes de se retirarem para os céus, continuando com Hórus, o herdeiro do trono de Osíris, o último dos grandes deuses a governar na terra, e de quem todos os faraós históricos descendiam¹⁵. A transmissão da função real pertenceria ao filho do faraó reinante e da sua esposa oficial, embora por vários exemplos históricos conhecidos, sem a força de uma lei incontestável ou incontestada¹⁶. A legitimação do poder real tinha na proclamada divindade e filiação divina do faraó uma sanção suplementar. A origem divina do poder explica o princípio do governo de um só, a monarquia, e a modalidade de transmissão a feição hereditária da mesma, suportada pelo próprio exemplo das divindades¹⁷.

O faraó era, por isso, encarado como o «Hórus vivente», reincarnação desse primeiro rei mítico, confundindo-se em si as duas dimensões humana e divina. O faraó era Hórus e vice-versa. No início da época histórica, a identificação era já total. A divindade do rei era afirmada em função da sua descendência de Hórus. O título de *Hor* («Hórus»), que disso guarda memória, é mesmo o seu

¹² Vernus 1986, 32. Como diz Leclant, «La personnalité de Pharaon est consubstantielle à l'existence de l'Égypte» (Leclant 1980, 50).

¹³ Cf. Vernus 1986, 29.

¹⁴ Cf. Ibid. 32-33.

¹⁵ Cf. Ryholt 2004 138-9.

¹⁶ À falta de herdeiro masculino da esposa real, ou seja, de conflito na primogenitura masculina, a função real foi passada a irmãos uterinos do faraó ou mesmo a princesas, quais depositárias do poder a transmitir aos seus esposos. Neste último caso são arroláveis e apenas para citar os casos mais conhecidos: I) Merneit (ou Meritneit) no Período Tinita, c. 2950 a.C.; II) Neitikeret (em grego, Nitocris), no final da VI dinastia (c. 2184-2181 a.C.); III) Sebekkaré Sebekneferu, no final da XII Dinastia (1785-1782 a.C.); IV) Hatchepsut, na XVIII Dinastia (1498-1483 a.C.); V) Tauseret, na XIX dinastia (c. 1192-c. 1190 a.C.) e VI) Cleópatra VII Filopator, a última descendente da dinastia lágida (51-30 a.C.) - Rice 2002 114, 136, 140, 196-97, 210, 211; Clayton 1995, 22-23, 67, 89, 158-59; Desroches-Noblecourt 1986, 201; Vernus, Yoyotte 1988, 94, 153, 154; Tyldesley 2006, 33-34, 63, 74-75, 78, 84, 86, 98, 163-66, 212-15, 245-47; Grimal 1998, 62-63, 107, 249, 331-33; Ratié 1979, 26, 64, 214 e 314; Valbelle 1992, 80, 81; 1998, 216.

¹⁷ Cf. Hornung 1992, 353-54.

título mais antigo (desde as primeiras dinastias da Época Tinita – reinado de Den) e foi usado até à Época Romana¹⁸.

Além do título *Hor*, muitos outros títulos e epítetos usados pelo faraonato egípcio pretendiam enfatizar a profunda sacralidade, intrínseca ou adquirida, do titular do poder: casos de *Sa Ré*, «filho de Ré» (que antecedia a cartela com o nome do faraó), *meri Amon* ou *merimen*, «amado de Amon»; *meriré* ou *merenré*, «amado de Ré»; *meriptah*, «amado de Ptah», *merihathor*, «amado de Hathor», ou um englobante e altissonante *meri-netjeru* «amado dos deuses». Comum é igualmente, como referimos, a partir do Império Médio, a atribuição da realeza à «escolha» (*setep en*) de determinada divindade: *setepenré*, «o escolhido de Ré»; *setepenimen*, «o escolhido de Amon»; *setepenptah*, «o escolhido de Ptah»; etc. Todos estes epítetos parecem referir-se a aspetos do rei como manifestações das divindades e pretendem, pois, acentuar a sua carga sagrada e fazer dele *de iure* e *de facto* o representante dos deuses na terra¹⁹.

A análise deste vetor da definição de império no contexto egípcio não é, em nossa opinião, suficiente para determinarmos qual a designação mais correta («reino» ou «império») para aplicar aos períodos historicamente conhecidos como épocas de centralização do poder. Passemos, então, à consideração do segundo componente semântico-conceptual da definição: a extensão territorial.

3. O CASO HISTÓRICO DO ANTIGO EGITO: A UNIFICAÇÃO TERRITORIAL

Desde a I Dinastia, a titulatura real enfatizava já a componente territorial em dois dos nomes: o nome de Nebti (*Nb.ty*, «o das Duas Senhoras»), numa referência directa a uma altura em que o Egito estava dividido em Baixo Egito (*Ta-mehu*) e Alto Egito (*Chemau*), cada um geograficamente bem delimitado e sob a proteção simbólica de uma deusa ou «senhora»: a deusa-cobra do Baixo Egito, Uadjit, e Nekhebet, a deusa-abutre do Alto Egito²⁰; e o *praenomen* / prenome (nome de coroação que surgia dentro de uma cartela antecedido pela expressão «Rei do Alto e do Baixo Egito» (*nesut bit*), que à letra se pode traduzir como «O do junco e da abelha», ou seja, a planta heráldica do Sul e o animal-símbolo do Norte. O primeiro destes nomes fazia parte das titulaturas reais desde finais do

¹⁸ Cf. Sales 2001, 365; 2007b, 105, 196; Leprohon 2013, 8, 12-13.

¹⁹ Cf. Leprohon 2013, 7.

²⁰ Cf. *Ibid.* 13-14. Sobre o conceito de fronteira e de demarcação do território egípcio no Império Antigo veja-se Espinel 1998 9-30; para o Império Novo veja-se Galán 1995, 114-35. Veja-se também a concepção egípcia de espaço terrestre (fronteiras unilaterais, fronteiras destinadas à extensão e fronteiras co-extensivas ao mundo terrestre) apresentada por Pascal Vernus (Cf. Vernus 2001, 25-29). Sobre as «estelas-fronteiriças», internas e externas, veja-se Vogel 2011, 320-41.

período pré-dinástico²¹. O título «O do junco e da abelha» foi introduzido na I dinastia, pelos faraós Den e Adjib²².

Mas não era apenas pelos múltiplos nomes da sua titulação que o faraó se distinguia dos demais humanos. Também as coroas (*hedjet*, *decheret*, *pschent*, *kheprech*, *atef*, *hemhemet*), os ceptros (*hekat*, *uas*, *nekhakha*, *uadj*, *djed*, *ames*, *sekhem*), as maçãs *hedj* e *menu*, o machado *akhu*), as vestes (*chendjit*) e outras insígnias (*nemes*, barba postiça, cauda taurina, serpente-uraeus, selos) que usava isolavam-no como um homem engendrado pelo(s) deus(es)²³.

As coroas (*khau*) demonstravam também a unificação territorial realizada na figura do faraó. A coroa branca, chamada em egípcio *hedjet*, era uma oblonga e longa mitra usada, na época pré-dinástica, pelo rei do Sul e fazia também parte dos emblemas usados pela deusa Nekhebet, a deusa protectora do Alto Egito. A coroa vermelha, chamada em egípcio *decheret* ou *net*, era, em contrapartida, ostentada pelo soberano do Baixo Egito e pela deusa Uadjit, divindade tutelar do Baixo Egito²⁴.

Quando o faraó usava, isoladamente, a *decheret* ou a *hedjet*, proclamava a sua soberania sobre a respetiva área geográfica que essa coroa identificava. Aquando da unificação do território sob um só rei, por volta de 3000 a.C., a união dos Dois Países foi simbolizada pela união destas duas coroas, formando a designada *pschent* (do grego ψχητ), apropriadamente chamada, em egípcio, *pa-sekhemeti*, «a poderosa» ou «as duas poderosas»²⁵. O poder mágico que lhe estava associado, como entidade divina, transmitia aos seus portadores uma auréola de sobrenaturalidade, instituindo-os, ao mesmo tempo, em intermediários privilegiados entre os deuses e os homens²⁶. Naturalmente, foi uma coroa utilizadíssima pelos faraós egípcios de todas as épocas, como nos atestam os vários registos iconográficos, numa clara proclamação da sua universalidade no território egípcio. Coerentemente, o faraó era o «senhor das Duas Terras» (*neb tau*).

Mesmo quando os reis do Egito alcançaram uma dominação política sobre territórios fora da esfera territorial tradicional, nacional (caso da Núbia ou dos territórios no corredor siro-palestinense), nunca o faraó egípcio adotou outras insígnias de poder diferentes das tradicionais. Nunca se apropriou de emblemas de poder dessas áreas em seu proveito próprio. Por definição e costume, o faraó comportava-se como um «rei» e não como um «imperador», embora a

²¹ Neste caso, desde a segunda parte da I Dinastia (reinados de Adjib e Semerkhet) – Cf. Goebis 2007, 283; Leprohon 2013, 8.

²² Cf. Sales 2001, 365; Jiménez Fernandes; Jiménez Serrano 2008, 38-39; Leprohon 2013, 17.

²³ Cf. Graham 2001, 166; Hornun 1992, 341-42.

²⁴ Cf. Goebis 2001, 323; 2013; Collier 1996, 26; Hornung 1992, 341.

²⁵ Cf. Goebis 2001, 323; Hornung 1992, 341.

²⁶ Cf. Goebis 2001; 2013.

panegírica ideologia o proclamasse como vitorioso (*k3 nḥt, nsw nḥt, nb nḥt, ḫty nḥt, ḥk3t nḥt*), «senhor de tudo o que o sol cobre», considerando que o seu domínio se estendia «até à extremidade do céu», «até aos pilares do céu» e «aos domínios da obscuridade»²⁷. Frequentemente, somos nós, devido a estes hiperbólicos qualificativos repletos de pretensão mágica e totalizante, que qualificamos de «imperadores» faraós que a tradição egípcia e a própria Antiguidade contemporânea sempre consideraram, numa lógica simplesmente real, como «reis» (*nesu*), poderosos, autoritários, é certo, mas apenas «reis». Somos nós que pelo discurso e pela repetição impensada das fórmulas de denominação histórica tornamos a ideia imperial consubstancial à de faraó.

Adotando uma visão muito restritiva do alcance conceptual da titulação faraónica e das coroas «nacionais» usadas, «A Casa Grande» exercia a sua autoridade sobre um território limitado, delimitado, *grosso modo* o Alto e Baixo Egito, a «terra amada» (*Ta-meri*), situado entre o mar Mediterrâneo a norte e a primeira catarata a sul e confinado à estreita faixa entre os desertos líbico e arábico e aos oásis contíguos. Neste sentido, é suficiente a designação «reino» para definir a forma de dominação política dos faraós. Nada exige a designação de «império» ou uma teoria ou doutrina de imperialismo.

4. O CASO HISTÓRICO DO ANTIGO EGITO: A EXTENSÃO TERRITORIAL E A PLURALIDADE DE POVOS

Se considerarmos as áreas de dominação egípcia, por exemplo, durante a segunda parte da XVIII dinastia (sobretudo depois da actividade sistemática de Tutmés III), é inquestionável que a dominação egípcia, assente num complexo dispositivo militar, se estendia a territórios para lá do espaço tradicional do Egito: caso da Núbia²⁸ e do Retenu (*Rtnw*)²⁹. Da quarta catarata a sul ao Eufrates

²⁷ Cf. Leclant 1980, 56; Galán 1995, 52-69. Mesmo quando um dos imperativos cardeais da função faraónica ou frase ritual é, como vimos, «ampliar as fronteiras» (*swšḥ tšš*), mesmo quando teoricamente a jurisdição do faraó abarca a totalidade do mundo terreno («o que rodeia o disco», *šnn.t ḫtn*) e ele é um «senhor/ soberano do que rodeia o disco» (*nb/ḥk3 n šnn.t ḫtn*) e quando «sob os seus pés» e «as suas sandálias» estão os «Nove Arcos», *pesedjet* 9 (designação tradicional para os povos estrangeiros vencidos e submissos), o faraó é sempre, pela antiga fraseologia, um dominador das «Duas Terras» (Cf. Vernus 2011, 2627; Kemp 1978, 10-12).

²⁸ Os territórios situados a sul de Elefantina, geralmente divididos em Uauat (Baixa Núbia) e Kuch (Alta Núbia). Na época de Tutmés III, a dominação egípcia chegou até à zona da 4ª catarata do Nilo, perto de Napata (Guebel Barkal). Veja-se Frandsen 1979, 170-73; Kemp 1978, 22-33.

²⁹ Nome dado pelos Egípcios à região norte do corredor siro-palestinense habitualmente designada por Ásia, correspondente aos atuais territórios do Líbano e parte da Síria. À zona da Palestina meridional chamavam Retenu Superior (*Retenu heret*). Tutmés III levou a cabo a submissão da Siro-Palestina em dezassete campanhas militares (*wḏyt*). Como escreve Bill Manley, «Pharaon s'y révèle le policier d'un Orient plus que chaotique où il lui faut sans cesse s'imposer» (Manley 1998, 70). Veja-se também Morris 2005, 37, 39, 116-26.

havia um imenso espaço para organizar e governar, recolhendo tributos, estabelecendo e mantendo guarnições, gerindo as riquezas em produção e em circulação³⁰. No entanto, para se ser completamente rigoroso, a Núbia nunca se tornou uma parte integrante do reino egípcio, nem o faraó egípcio alguma vez assumiu a liderança directa sobre essas populações linguisticamente diferentes e a zona do Próximo Oriente, culturalmente muito forte, socialmente muito sofisticada e militarmente dotada de bem treinados exércitos, foi dividida em protetorados, deixando poder e autonomia aos habitantes que juraram fidelidade aos Egípcios e cujos jovens príncipes foram trazidos para a corte egípcia como reféns, para serem acostumados / aculturados aos modos de ser e estar dos Egípcios e educados nas suas formas administrativas e assim se tornarem vassalos leais³¹.

A partir de Amenhotep II e Tutmés IV, o domínio da Siro-Palestina foi assegurado essencialmente através de paradas militares, com um ou outro massacre associado, destinadas a intimidar as populações locais e assim desincentivar eventuais processos de sedição, mais do que através de ações firmes de cariz militar, voltadas para o alargamento territorial³². A esta política de gestão dos territórios (baseada na salvaguarda da estabilidade regional e no controlo das rotas comerciais) juntaram-se os casamentos políticos com princesas de Mitanni ou de Hatti³³. O veículo de comunicação da diplomacia (embaixadores, mensageiros, tradutores e intérpretes) nunca foi a língua dos «dominadores», o egípcio, mas sim o acádio, a língua franca escrita com signos cuneiformes em tabuinhas de argila³⁴.

Na Siro-Palestina, a autonomia, a especificidade e a salvaguarda dos poderes locais tornou impossível uma relação de vassalagem perfeita e completa. A intervenção egípcia nos assuntos asiáticos foi sempre limitada³⁵. Daí que a

³⁰ Cf. Bryant 2000, 235-40.

³¹ Cf. Frandsen 1979, 169-70, 174-76; Kemp 1978, 19, 56.

³² Cf. Morris 2005, 127 e ss.

³³ No período raméssida, este «sistema misto» ou «sistema dual de administração» prosseguiu, com base na presença de contingentes militares egípcios no Levante e no governo de vassalalos egípcianizados, responsáveis, sobretudo, pela coleta dos impostos e vigilância dos territórios. É, no fundo, o designado modelo da «Elite Emulation», oposto ao tradicional modelo do «Direct Rule» (Cf. Higginbotham 2000, 71-73, 129-32, 136-40; Morris 2005, 9).

³⁴ De facto, apesar de o domínio e influência que, em meados do século XV a.C., a coroa egípcia exercia sobre a Palestina e sobre parte de Síria, a língua egípcia não conseguiu implantar-se ou impor como língua administrativa, nem sequer entre o faraó e os seus vassalalos naqueles territórios (Cf. Galán 2011, 303).

³⁵ Cf. Vernus 2011, 18. A xenofobia egípcia, que se baseava na ideia de que o centro do mundo terrestre era o Egito (Egiptocentrismo) e se referia muitas vezes aos estrangeiros Asiáticos como «miseráveis Asiáticos», nunca permitiu alcançar grandes níveis de interação cultural na Palestina. No fundo, o domínio dessas regiões estava sobretudo ao serviço do papel teológico e ideológico fundamental da realeza egípcia: a redução do caos à ordem, do incriado ao criado, do periférico ao central (Cf. Kemp 1978, 8; Vernus 2011, 21-22).

«império» seja realmente preferível a noção de «controlo hegemónico» ou «hegemonia»³⁶. Há quem use a designação «império informal»³⁷.

No caso da Núbia havia o sistema do vice-rei, representante-delegado de confiança do poder central, alto-funcionário assistido por uma administração de escribas específicos, designado pelo título *sa-nesu en Kuch*, «filho real de Kuch» (instituído no final da XVII Dinastia pelo faraó Kamés³⁸ e em vigor até à extinção da XVIII Dinastia e abandono da Núbia) que não apresentava, porém, qualquer ligação biológica à família real egípcia. O território foi sempre uma província, anexada, dirigida e explorada intensivamente como tal³⁹. A Baixa Núbia / Uauat foi a zona com uma sujeição mais estreita, mais vinculativa, quase anexação, que justifica, segundo alguns autores, a designação «império formal» usada para a caracterizar⁴⁰.

No Império Novo, apesar de os textos e ilustrações formais egípcias enfatizarem, de forma permanente e repetida, uma filosofia de conquistas, vitórias e dominação absolutas, o espaço territorial sob dominação egípcia não foi, portanto, homogêneo, nem no tipo de administração nem no nível de presença. Houve significativas diferenças entre a administração da coroa egípcia a sul e a norte: a Ásia ocidental foi um território de campanhas, vassalagem e tributos, e a Núbia, continuação sul do vale do Nilo, foi uma criação administrativa⁴¹.

No caso interno da administração do território egípcio, o país foi governado através do sistema do vizirato, centrado na figura ímpar do vizir (*tjati*), o mais alto dignitário do país, responsável máximo pela máquina burocrático-administrativa (destinado à estimativa da colheita e perceção dos correspondentes impostos, à organização dos trabalhos coletivos, à gestão dos diversos recursos), designado pelo faraó, «o segundo depois do rei na sala de entrada do Palácio»⁴². Na XVIII Dinastia, chegou a haver no Egito dois vizires: um para o delta («vizir do Norte»), que residia em Mênfis, Licht ou Pi-Ramsés, e outro para o Alto Egito («vizir do Sul»), com sede em Tebas.

Existirem dois vizires não pode, então, ser entendido como uma marca ou sintoma de «império» ou de «imperialismo»? Em nossa opinião não, porque a existência do duplo vizirato não tem a ver com a vastidão territorial propriamente

³⁶ Cf. Leclant 1980, 65, nota 11.

³⁷ Cf. Vernus 2011, 18. Veja-se a «revisão da bibliografia» sobre o domínio egípcio no Levante em Higginbotham 2000, 2-6, onde, entre outras, são mencionadas as contribuições de Helck, Na'aman, Edel, Redford, Weinstein, Bartel e Frandsen.

³⁸ O primeiro «filho-real de Kuch» foi Turi.

³⁹ Da Núbia provinham produtos agrícolas, madeiras, gado e animais selvagens, escravos, ouro, marfim, incenso e produtos exóticos (peles de animais e penas de avestruz, por exemplo) – Cf. Kemp 1978, 33. Também em relação aos Núbios, os Egípcios não mostravam respeito pela sua tecnologia, religião ou costumes (CF. Frandsen 1979, 179).

⁴⁰ Cf. Vernus 2011, 18.

⁴¹ Cf. Galán 2002, 27; Kemp 1978, 20, 43-44.

⁴² Cf. Sales 2001, 871-72.

dita (o espaço interno egípcio não era maior do que fora em épocas anteriores) ou com a existência de uma pluralidade de povos e culturas (a população era, não obstante o ingresso de um ou outro contingente de estrangeiros, basicamente, a mesma), mas sim com a meticulosa e racional organização administrativa egípcia, talvez mais zelosa e empenhada em evitar alguns dos desmandos e atropelos do passado. Somos nós que usamos o moderno conceito de «imperialismo» e o aplicamos à política administrativa do Egito antigo e às suas «esferas de influência»⁴³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando a pluralidade de povos, a diversidade cultural e a efetiva vastidão territorial como critérios para a existência de um «império» torna-se difícil sustentar a ideia de um período assim denominado na milenar história do Egito antigo. Mesmo a única época que poderia, ainda assim, justificar melhor a designação (o Império Novo) não se conforma integralmente à definição operativa e institucional de «império»⁴⁴.

Quando observamos as inúmeras representações artísticas da realeza e constatamos, por um lado, os tamanhos desproporcionados entre o faraó e os seus súbditos ou estrangeiros inimigos⁴⁵ e, por outro, a sua equiparação com as dimensões em que são figurados os (outros) deuses, concluímos que elas indiciam já ou comprovam a consideração do faraó como indivíduo superior, como deus universal por direito próprio. Também aqui sacralidade e divindade se misturam.

Não vemos neste período nada que se aproxime de uma união pessoal de várias diversidades na figura do mesmo soberano que, pelos seus símbolos e ação, unifique ou pretenda unificar os distintos hábitos e costumes, crenças e cultos, tradições e particularidades. Independentemente da personalidade do detentor do poder, a instituição monárquica egípcia reenviava mais para modelos arquetípicos e estereotipados do passado interno egípcio do que para (novas) dominações geográfico-culturais-linguísticas resultantes das (novas) hegemonias conseguidas no devir histórico.

Talvez, por isso, os antigos Egípcios nunca usaram um termo que significasse «Império» ou «imperialismo». Talvez, por isso, a realeza (*nesit*) tenha sido sempre concebida como a demonstração de «qualidades reais», não «imperiais». Talvez, por isso, o faraó fosse sempre um *neb tawi* («Senhor das Duas Terras»), mesmo quando pela vitória militar conquista outras terras, massacrando real ou simbolicamente as suas populações (Núbios, Líbios ou Asiáticos), ou pela força

⁴³ Cf. Kemp 1978, 7.

⁴⁴ Cf. Vernus 2011, 17.

⁴⁵ Apesar de este cânone também ser aplicado aos altos funcionários na sua relação com os seus dependentes ou servos, interessa-nos aqui observá-lo apenas na óptica do faraonato.

da coerção económico-financeira as tutela. Talvez, por isso, a designação mais conveniente e correta para expressar as fortes dominações impostas pelo poder faraónico nesses períodos historicamente considerados de relevo seja «controlo hegemónico» ou «hegemonia». Talvez, por isso, as formas usadas pela historiografia anglo-saxónica (*Old Kingdom, Middle Kingdom, New Kingdom*), italiana (*Antico Regno, Medio Regno, Nuovo Regno*) e em certas tendências recentes da investigação em língua espanhola (*Reino Antiguo, Reino Medio, Reino Nuevo*) sejam mais correctas, deslocando todo o campo conceptual para o lado de «reino» em vez de para o de «império».

BIBLIOGRAFIA

- Andreu, Guillemette 1996. “Le vizir.” In AAVV, *L'Égypte ancienne*. Paris: Éditions du Seuil, 63-65.
- Araújo, Luís Manuel. 2001. “Da teoria à prática: o exercício do poder real no Egito faraónico.” *Clio* 5:33-57.
- Araújo, Luís Manuel e Nuno Simões Rodrigues. 2006. *As comunicações na Antiguidade*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.
- Baines, John e Jaromir Malek. 1984. *Atlas of Ancient Egypt*. Oxford: Phaidon Press Ltd.
- Bryan, Betsy M. 2000. “The Eighteenth Dynasty before the Amarna Period c.1550-1352 BC.” In *The Oxford History of Ancient Egypt*, ed. I. Shaw, 235-40. New York: Oxford University Press.
- Bonhême, Marie Ange e Annie Forgeau. 1998. *Pharaon. Les Secrets du pouvoir*. Paris: Armand Colin.
- Carreira, José Nunes. 2001. “Legitimação do poder no Egito Faraónico.” *Clio* 5:19-33.
- Clayton, Peter. 1995. *Chronique des pharaons. L'histoire règne par règne des souverains et des dynasties de l'Égypte ancienne*. Paris: Casterman.
- Collier, Sandra. 1996. *The crowns of the Pharaoh: their development and significance in ancient Egyptian kingship*. Los Angeles: University of California.
- Daumas, François. 1998. “Histoire, période pharaonique.” In *Dictionnaire de l'Égypte ancienne*, 179-99. Paris: Encyclopaedia Universalis / Albin Michel.
- Derchain, Philippe. 1962. “Le role du roi d'Égypte dans le maintien de l'ordre cosmique.” In *Le Pouvoir et le Sacré*, 61-73. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles,
- Desroches-Noblecourt, Christiane. 1986. *La femme au temps des pharaons*. Paris: Stock / Laurence Pernoud.
- . 1996. *Ramsès II, la véritable histoire*. Paris: Éditions Pygmalion.
- Diego Espinel, Andrés. 1998. “Fronteras y demarcaciones del territorio Egipcio en el Reino Antiguo. Egyptian frontiers and landmarks during the Old Kingdom.” In *Studia Historica. Historia Antigua* 16:9-30. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- Donadoni, Sergio, dir. 1994. *O Homem Egípcio*. Lisboa: Editorial Presença.
- Drioton, Étienne e Jacques Vandier. 1975. *L'Égypte – des origines à la conquête d'Alexandre*. 5ª ed. Paris: Presses Universitaires de France.
- Duverger, Maurice. 1980. “Le concept d'empire.” In AAVV, *Le concept d'empire*,

5-23. Paris: Presses Universitaires de France.

- Favard-Meeks, Christine e Dimitri Meeks. 1986. "L'héritière du Delta." In *Alexandrie IIIe siècle av. J.-C. Tous les savoirs du monde ou le rêve d'universalité des Ptolémées*, 28-33. Paris: Éditions Autrement.
- Frandsen, Paul John. 1979. "Egyptian Imperialism." In *Power and Propaganda: A Symposium on Ancient Empires (Mesopotamia 7)*, ed. M. T. Larsen, 167-90, Copenhagen: Akademisk Forlag.
- Gálan, José Manuel. 2011. "Intérpretes y traducciones en el Egipto Imperial." *Semata, Ciencias Sociais e Humanidades* 23:295-313.
- . 2002. *El Imperio Egipcio. Inscripciones, ca. 1550-1300 a. C.* Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona / Editorial Trolla.
- . 1995. *Victory and Border: Terminology related to Egyptian Imperialism in the XVIIIth Dynasty.* Hildesheimer: Gerstebien Verlag.
- Gardiner, Alan. 1961. *Egypt of pharaohs. An Introduction.* Oxford: Clarendon Press.
- Goebs, Katja. 2013. "Crowns, Egypt." In *The Encyclopedia of Ancient History*, ed. R. S. Bagnall, K. Brodersen, C. B. Champion, A. Erskine, S. R. Huebner, 1847-49. London: Blackwell Publishing.
- . 2007. "Kinship." In *The Egyptian World*, ed. Toby Wilkinson, 275-95. London / New York: Routledge.
- . 2001. "Crowns." In *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. Vol. 1, ed. D. B. Redford, 321-26. Oxford: Oxford University Press.
- . 1998. "Some Cosmic aspects of the royal crowns." In *Proceedings of the Seventh International Congress of Egyptologists, Cambridge, 3-9 September 1995*, ed. C. J. Eyre. Leuven, 447-60. Leuven: Peeters.
- Graham, Geoffrey. 2001. "Insignias." In *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*. Vol. 2, ed. D. B. Redford, 163-67. Oxford: Oxford University Press.
- Grimal, Nicolas. 2000. "Les oasis di désert libyque: l'eau, la terre et la sable." *Comptes rendus des Séances de l'année - Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 144 (2):909-40.
- . 1988. *Histoire de L'Égypte ancienne.* Paris: Fayard.
- Higginbotham, Carolyn R. 2000. *Egyptianization and elite emulation in Ramesside Palestine: governance and accomodation on the imperial periphery.* Leiden / Boston / Köln: Brill.
- Henry, Roger. 2003. *Synchronized Chronology. Rethinking Middle East Antiquity. A Simple Correction to Egyptian Chronology Resolves The Major Problems In Biblical And Greek Archaeology.* New York: Algora.
- Hobson, Christine. 1987. *Exploring the world of pharaohs. A complete guide to ancient Egypt.* London: Thames & Hudson.

- Hornung, Erik. 1992. “Le pharaon.” In *L’homme égyptien*, dir. Sergio Donadoni, 337-73. Paris: Éditions du Seuil.
- Hornung, Erik, Rolf Krauss e David A. Warbuton, eds. 2006. *Ancient Egyptian Chronology*. Leiden / Boston: Brill.
- Husson, Geneviève e Dominique Valbelle. 1992. *L’état et les institutions en Égypte. Des premiers pharaons ax empereurs romains*. Paris: Arman Colin.
- Jiménez Fernandez, Juan e Alejandro Jiménez Serrano, eds. 2008. *Historia de Egito – Manetón*. Madrid: Akal.
- Kemp, Barry J. 1989. *Ancient Egypt: anatomy of a civilization*. London: Routledge.
- . 1978. “Imperialism and Empire in New Kingdom Egypt.” In *Imperialism in the Ancient World: The Cambridge University Research Seminar*, eds. P. D. A. Garnsey e C. R. Whittaker, 7-57. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lalouette, Claire. 1991. *Au royaume d’Égypte. Les temps des rois-dieux*. Paris: Fayard.
- . 1986. *Thèbes ou la naissance d’un empire*. Paris: Fayard.
- . 1985. *L’empire des Ramsès*. Paris: Fayard.
- Leclant, Jean. 1980. “Les “empires” et l’impérialisme de l’Égypte pharaonique.” In *AAVV, Le Concept d’empire*, 49-68. Paris: Presses Universitaires de France.
- Leprohon, Ronald. 2013. *The Great Name. Ancient Egyptian royal titulary*. Atlanta: Society of Biblical Literature.
- Loprieno, Antonio. 1998. “Le pharaon reconstruit. La figure du roi dans la littérature égyptienne au Ier millénaire avant J.-C.” *Bulletin de la Société Française d’Égyptologie* 142:4-24.
- Malek, Jaromir. 1997. “La division de l’histoire d’Égypte et l’Égyptologie moderne.” *Bulletin de la Société Française d’Égyptologie* 138:6-17.
- Manley, Bill. 1998. *Atlas historique de l’Égypte ancienne. De Thèbes à Alexandrie: la tumultueuse épopée des pharaons*. Paris: Éditions Autrement.
- Morris, Ellen Fowles. 2005. *The architecture of imperialism. Military bases and the evolution of foreign policy in Egypt’s New Kingdom*. Leiden: Brill.
- O’Connor, David e David P. Silvermann. 1995. *Ancient Egyptian Kingship*. Leiden: Brill.
- Posener, Georges. 1960. *De la divinité du pharaon. Cahiers de la Société Asiatique* 15. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres.
- Posener, Georges, Serge Sauneron e Jean Yoyotte, dir. 1970. *Dictionnaire de la civilisation égyptienne*. Paris: Fernand Hazan.
- Quirke, Stephen. 1990. *Who were the Pharaohs? A history of their names with a*

- list of cartouches*. London: The British Museum Publications.
- Rachet, Guy. 1987. *L'Égypte ancienne*. Paris: Éditions du Félin.
- Raité, Suzanne. 1979. *La reine Hatchepsout. Sources et problèmes*. Leiden: Brill.
- Rice, Michael. 2002. *Who's who in Ancient Egypt*. London / New York: Routledge.
- Ryholt, Kim. 2004. "The Turin King-List." *Ägypten und Levante* 14:135-55.
- Sales, José das Candeias. 2008. *Poder e Iconografia no antigo Egito*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2007a. *Estudos de Egiptologia. Temáticas e Problemáticas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2007b. "As fórmulas protocolares egípcias ou formas e possibilidades do discurso de legitimação no antigo Egito." *Cadmo* 16:101-24.
- . 2005. *Ideologia e propaganda real no Egito ptolomaico (305-30 a. C.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- . 2001a. "Faraó." In *Dicionário do Antigo Egito*, dir. L. M. de Araújo, 364-68. Lisboa: Caminho.
- . 2001b. "Vizir." In *Dicionário do Antigo Egito*, dir. L. M. de Araújo, 871-73. Lisboa: Caminho.
- . 1997. *A ideologia real egípcia e acádica. Representações do poder político pré-clássico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Shaw, Ian. 2000. "Introduction. Chronologies and cultural change in Egypt." In *The Oxford history of Ancient Egypt*, 1-16. London: Oxford University Press.
- Shaw, Ian e Paul Nicholson. 1995. *British Museum dictionary of Ancient Egypt*. London: British Museum Press.
- Tyldesley, Joyce. 2006. *Chronicle of the queens of Egypt. From early dynastic times to the death of Cleopatra*. London: Thames & Hudson.
- Valbelle, Dominique. 1998. *Histoire de l'État pharaonique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- . 1992. *L'état et les institutions en Égypte. Des premiers pharaons aux empereurs romains*. Paris: Armand Colin.
- . 1990. *Les neuf arcs. L'Égyptien et les étrangers de la Préhistoire à la conquête d'Alexandre*. Paris: Armand Colin.
- Vandersleyen, Claude. 1992. *L'Égypte et la Vallée du Nil, tome 2 – De la fin de l'Ancien Empire à la fin du Nouvel Empire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Vercoutter, Jean. 1998. "Pharaon." In *Dictionnaire de l'Égypte ancienne*, 296-300. Paris: Encyclopædia Universalis / Albin Michel.
- . 1992. *L'Égypte et la Vallée du Nil, tome 1 – Des origines à la fin de l'Ancien*

Empire. Paris: Presses Universitaires de France.

- Vernus, Pascal. 2011. “Los barbechos del demiurgo y la soberanía del faraón. El concepto de “imperio” y las latencias de la creación.” In *El Estado en el Mediterráneo antiguo. Egipto, Grecia, Roma*, comps. M. Campagno, J. Gallego e C. G. García Mac Gaw, 13-43. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- . 1986. “Le concept de monarchie dans l’Égypte ancienne.” In *Les monarchies*, dir. E. L. Ladurie, 29-42. Paris: Presses Universitaires de France.
- Vernus, Pascal e Jean Yoyotte. 1988. *Les Pharaons*. Paris: MA Éditions.
- Vogel, Carola. 2011. “This Far and Not a Step Further! The Ideological Concept of Ancient Egyptian Boundary Stelae.” In *Egypt, Canaan and Israel: History, Imperialism, Ideology and Literature. Proceedings of a Conference at the University of Haifa, 3–7 May 2009*, 320-41. Leiden / Boston: Brill.
- Weinstein, James M. 1981. “The Egyptian Empire in Palestine: A Reassessment.” *Bulletin of the American Schools of Oriental Research* 241:1-28.
- Wilkinson, Toby. 1999. *Early Dynastic Egypt*. London: Routledge.
- Wolf, Greg. 1992. “Imperialisme, empire and the integration of the Roman economy.” *World Archaeology* 23 (3):283-93.

